ESCRITA DA HISTÓRIA, IMAGINAÇÃO HISTÓRICA E A DINÂMICA DO HISTORICISMO: HISTÓRIA DAS IDEIAS, HISTÓRIA INTELECTUAL E ALGUNS (DES)ENCONTROS FILOSÓFICOS E TEÓRICOS ENTRE OS SÉCULOS XIX E XX

Evandro Santos*

Resumo: O artigo tem por intuito discutir três questões de relevância permanente para o campo do conhecimento histórico: a força do presente no trabalho dos historiadores, o diálogo destes com as demais áreas das humanidades e, ainda, a sistematização das perspectivas teóricas e historiográficas em diferentes espaços. Para encaminhar tais problemas, discute-se a noção de imaginação histórica, na conjuntura de estabelecimento da história como disciplina (passagem entre os séculos XIX e XX), as indagações levantadas pelas propostas do chamado contextualismo linguístico diante, por exemplo, da tradição francesa e, por fim, a caracterização da conhecida história das ideias no âmbito da história intelectual que se desenvolve atualmente em seu repensar do historicismo.

Palavras-chave: história das ideias; história intelectual; historiografia

Abstract: This article's objective is to discuss three points of permanent relevancy to the field of historical knowledge: the Present strong's influence in historians work, the dialog between History and other Human sciences and, the theoretical and historiographical perspective organization in different spaces. In order to do so, the issues examined and discussed are: the notion of historical imagination when History was being established as an independent discipline – occurring between the 19th and 20th centuries; the questions arisen by applying the proposals of linguistic contextualism to the study of history, for example, in regards of the French tradition; and the characterization of the known History of Ideas in the Intellectual History's being currently written scope in its rethinking of historicism are discussed.

Keywords: History of Ideas; Intellectual History; Historiography

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Esta pesquisa contou com o apoio financeiro da CAPES. Contato: evansantos.hist@gmail.com

I.

"Ora, descobri que assim foram os tempos antigos, sendo difícil crer sistematicamente em todo indício, pois os homens recebem uns dos outros, sem provas, as tradições do passado, mesmo as de sua própria terra".[1] São estas as palavras de Tucídides em uma passagem de sua *História da guerra do Peloponeso* (431-411 a.C.) na qual comenta diferenças administrativas entre lacedemônios e atenienses. Imerso, como ressalta François Hartog, "numa Atenas política e intelectualmente segura de si mesma", o historiador antigo afirmava uma vez mais suas ressalvas aos vestígios oriundos de um passado que não foi atestado pelos olhos.[2] Adepto de uma história do tempo presente, defensor da evidência entendida como visão, antes de mais nada, o que pode ser percebido na obra tucidideana é a valorização da escrita como instrumento de registro e domínio estável dos acontecimentos presenciados: "não se contentando em acentuar o caráter de investigação do que produz, Tucídides ressaltará seu caráter escrito, tornando-se mais independente da aceitação do ouvinte (...)".[3] O historiador, portanto, não deveria preocupar-se em agradar aos ouvidos, mas em fornecer testemunho útil aos homens do futuro.

Trata-se, como se sabe, de uma história profundamente política, com pretensões pedagógicas e pragmáticas. Embora por vezes ignoradas, as questões levantadas na obra de Tucídides e por outros registros antigos e modernos, bem como os possíveis usos desses – apontados pelos autores e com frequência retomados em suas fortunas críticas –, guardam significativa aproximação com as indagações que interessam à chamada história do tempo presente hoje realizada. Relacionada em um movimento mais amplo conhecido como "nova história política" e iniciada aproximadamente há três décadas, esta produção atenta aos meandros do contemporâneo é quase que inevitavelmente clivada pela exigência de digressões éticas.[4] Contudo, para além dos aspectos políticos e morais naquela mais evidentes, há dimensões filosóficas e teóricas relevantes que não foram desprezadas, na primeira metade do século XX, por R. G. Collingwood. Suas reflexões são, a meu ver, de grande auxílio em três tentativas hoje recorrentemente implementadas, nem sempre com plenos resultados, o que de modo algum as invalida: 1) aprimorar os esforços por uma produção historiográfica mais

[1] TUCÍDIDES. *História da guerra do Peloponeso*, 1, 20, apud. HARTOG, François (org.). *A história de Homero a Santo Agostinho*. trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2001, p. 79.
[2] *Ibid*., p. 85. Cf. HARTOG, François. L'oeil de l'historien et la voix de l'histoire. In: *Évidence de l'histoire. Ce que voient les historiens*. Paris: Éditions de l'École des Hautes Études em Sciences Sociales, 2005, p. 135-151.
[3] LIMA, Luiz Costa. *História, ficção, literatura*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p. 78.
[4] Ver, por exemplo: BÉDARIDA, François. As responsabilidades do Historiador *Expert*. In: BOUTIER, Jean e JULIA, Dominique (orgs.). *Passados recompostos*: campos e canteiros da história. trad. Marcella Mortara e Anamaria Skinner. Rio de Janeiro: Editora UFRJ: Editora FGV, 1998, p. 145-153.

consciente da historicidade dos atores e contextos que analisa e da sua própria; 2) colaborar no fortalecimento de laços transdisciplinares efetivos, após décadas de forçosa e ilusória fragmentação – com destaque às diversas áreas das ciências humanas; 3) concatenar as variadas tradições teóricas e historiográficas de diferentes regiões, produtoras, por vezes, de inúmeros "diálogos de surdos", baseados em desprezos mútuos, nem sempre motivados por divergências de perspectiva absolutas.

II.

Sem qualquer observância estrita em termos cronológicos, o póstumo *A idéia de história*, livro publicado em 1946, faz de Collingwood nome fundamental a ser aqui retomado de imediato. Se em Tucídides a constância da natureza humana serviria como fator de legitimação de sua *História* como uma "aquisição para sempre" – sabendo-se que posteriormente, com o projeto aristotélico, aquela noção ganharia desdobramentos e apropriações os mais diversos deslocados tanto no tempo como no espaço –, para o filósofo inglês, perseguir a história das tentativas de conhecimento da dita natureza correspondia a identificar a importância da história como espaço privilegiado de saber acerca do espírito. Com perspicaz retomada de uma verificação oitocentista, que em seguida seria explorada por Hannah Arendt em seu exame do conceito de história (1954), escreve Collingwood:

> O elemento realmente novo existente no pensamento actual, quando comparado com o de há três séculos, é a ascensão da história. É certo que o mesmo espírito cartesiano que tanto fez pela física estava já a lançar as bases do método crítico na história ainda antes do fim do século XVII; mas a concepção moderna de história, como estudo simultaneamente crítico e construtivo, cujo campo de acção é o passado dos homens no seu conjunto e cujo método é a reconstituição desse passado, a partir de documentos escritos e não escritos, analisados e interpretados criticamente, só foi estabelecida no século XIX, não estando ainda completamente elaborada em todas as suas implicações.[5]

Datado no século XIX, o primado da história na modernidade, como trazido no excerto acima, apresenta um importante aspecto desta constatação: a ascensão da história também afetou as outras áreas do conhecimento, e não apenas o contrário. Além disso, a

[5] COLLINGWOOD, R. G. *A idéia de história*. trad. Alberto Freire. Lisboa: Editorial Presença, 9ª edição, 2001, p. 224. Cf. ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno. In: *Entre o passado e o futuro*. trad. Mauro W. Barbosa. São Paulo: Perspectiva, 5ª edição, 2003, p. 69-127 (em especial p. 110-121).

sugestão de que a moderna concepção de história, emergente (segundo Reinhart Koselleck) desde fins do século XVIII, não estaria plenamente elaborada enquanto Collingwood escrevia vai ao encontro das reflexões de Paul Ricoeur em *A memória, a história, o esquecimento* (2000).[6] Na terceira parte dessa obra, chamada "A condição histórica" – em especial nos dois primeiros capítulos entre os três que a compõem – o filósofo francês retoma, ao passar de uma hermenêutica crítica a uma hermenêutica ontológica, alguns dos pontos capitais à investigação da ideia de história, da figura do historiador e do problema (tanto histórico como filosófico) do trabalho com o tempo.[7] Depois de retomar a obra de Collingwood aqui tratada, afirma Ricoeur:

> É nessa base que se pode falar de uma repercussão do futuro sobre o passado, no próprio cerne do ponto de vista retrospectivo da história. É dado ao historiador poder voltar, na imaginação, a um momento qualquer do passado como tendo sido presente e, portanto, como tendo sido vivido pelas pessoas de outrora, na condição de presente de seus passados e de presente de seus futuros, para retomar, mais uma vez, as fórmulas de Santo Agostinho. Os homens do passado foram, como nós, sujeitos de iniciativa, de retrospecção e de prospecção. As consequências epistemológicas dessa consideração são notáveis. Saber que os homens do passado formularam expectações, previsões, desejos, temores e projetos é fraturar o determinismo histórico, reintroduzindo, retrospectivamente, a contingência na história.[8]

A história como conhecimento do espírito, a partir de Collingwood, professa justamente este gênero de relação com o passado: "o conhecimento histórico é o conhecimento daquilo que o espírito realizou no passado e, ao mesmo tempo, é a reconstituição disto, a perpetuação de acções passadas, no presente".[9] As pontuações do autor para sustentar sua proposta de trabalho com a noção de "imaginação histórica", ressaltando, a saber, a importância da crítica, garantem respaldo à noção de história que visa apresentar. No fundamental, imaginação e crítica estão intimamente ligadas na definição da ideia de história collingwoodiana:

> O historiador crítico tem de descobrir e corrigir todas estas e muitas outras espécies de falsificação. Fá-lo – e só o pode fazer – verificando

[6] Cf. KOSELLECK, Reinhart. Historia Magistra Vitae – Sobre a dissolução do *topos* na história moderna em movimento. In: *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos. trad. Wilma Patrícia Maas e Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2006, p. 41-60.
[7] RICOEUR, Paul. *A memória, a história, o esquecimento*. trad. Alain François [et al.]. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2007, p. 303-421.
[8] *Ibid*., p. 392-393.
[9] COLLINGWOOD, R. G., *op. cit.*, p. 232.

> se o quadro do passado para que a evidência o conduz constitui um quadro coerente e contínuo, dotado de sentido. A imaginação *a priori*, que executa o trabalho de construção histórica, fornece igualmente os meios necessários à crítica histórica.[10]

O exercício de imaginação do historiador guardaria a árdua tarefa de romper com o que o filósofo chamou de "teoria do senso comum acerca da história". "Segundo esta teoria, as coisas essenciais, na história, são a memória e a autoridade das fontes".[11] Nessa reconstituição do fato passado por meio da imaginação, o "ato mental", o pensamento, afinal, é mais que espetáculo (ligado à memória) e mero evento (registro grafado nas fontes).[12] Em uma leitura rápida, seria possível ver nas formulações de Collingwood um contraponto agudo com relação à fenomenologia da memória proposta por Paul Ricoeur, na primeira parte da obra citada acima.[13] Na medida em que este faz uma defesa da memória como primeiro recurso humano de contato com o passado, talvez a diferenciação entre memória e história acentuada por aquele encontrasse uma oposição inconciliável. Todavia, não parece ser o que ocorre, pois uma das bases da análise de Ricoeur reside na diferenciação entre memória e imaginação, indo, como diz o mesmo, na contracorrente da desvalorização da primeira, mas, ainda, de crítica da segunda.[14] Por outro lado, no que diz respeito à crítica da submissão à autoridade das fontes, a posição collingwoodiana, igualmente em um exame apressado, seria fortemente antagônica se aproximada às explanações de Koselleck, sabendo-se que a preocupação metodológica e o apresso ao recurso documental é uma característica importante no trabalho do historiador alemão. Entretanto, Koselleck, ao lado de Collingwood, demonstra ciência das implicações da historicidade na escrita da história, apesar de frisar a autoridade ora comentada:

> Pois a crítica das fontes conserva sua função inamovível. Depois de tudo o que foi dito, acredita-se que se faz necessária uma delimitação das fontes e sua crítica mais precisa do que aquela que vem fazendo no horizonte da teoria da interpretação histórica. Uma fonte não pode nos dizer nada daquilo que cabe a nós dizer. No entanto, ela nos impede de fazer afirmações que não poderíamos fazer. As fontes tem poder de veto. (...) As fontes nos impedem de cometer erros, mas não nos revelam o que devemos dizer. Aquilo que faz da história, história não poderá jamais ser deduzido a partir das fontes. Para que estar finalmente falem, faz-se necessária uma teoria da historia possível.

---

[10] *Ibid*., p. 256.
[11] *Ibid*., 247.
[12] *Ibid*., p. 288-305.
[13] Cf. RICOEUR, Paul., *op. cit.*, p. 23-142.
[14] *Ibid*., p. 25-26.

> Assim, partidarismo e objetividade delimitam-se de uma nova maneira no âmbito da tensão entre a construção do pensamento teórico sobre a história e a crítica de fontes. Uma é completamente inútil sem a outra.[15]

Estas breves contraposições de autores permitem alguns comentários gerais que auxiliam na exposição do que se vem tentando discutir até aqui. Em primeiro lugar, é necessário retomar a discussão relativa à ampliação do poder atribuído ao discurso histórico desde o estabelecimento da disciplina, grosso modo, ao longo do século XIX. A indagação de Hannah Arendt coloca-se ainda como digna de observação. "Em qualquer consideração do conceito de História um dos problemas cruciais é explicar seu súbito aparecimento durante o último terço do século XVIII e o concomitante declínio do interesse no pensamento puramente político".[16] De acordo com Arendt, houve, no Oitocentos, uma confusão entre história e política, da qual o marxismo teria sido um dos exemplos. Talvez não seja um exagero estender, como hipótese, esta confusão para as demais filosofias da história que, possivelmente em maior grau, marcaram aquele século, quais sejam, o positivismo e o historicismo.

A obra de Collingwood, de destacado efeito sobre os nomes mais conhecidos da história das ideias de cunho contextualista, é apreendida como um exemplo de uma concepção historicista da história.[17] Recentemente Estevão de Rezende Martins forneceu uma pertinente análise historiográfica do historicismo desde suas origens na Alemanha do século XIX até os questionamentos recentes e ao chamado *neo-historicismo* surgido nas universidades americanas entre as décadas de 1970 e 1980.[18] Para Martins, ao tratar do estatuto contemporâneo do historicismo:

> Materialmente, os limites do historicismo ficam patentes pelo fato de este não ter conseguido integrar a experiência presente de uma dependência fundamental do agir político da dinâmica própria dos

---

[15] KOSELLECK, Reinhart. Ponto de vista, perspectiva e temporalidade – Contribuição à apreensão historiográfica da história. In: *Futuro passado*: contribuição à semântica dos tempos históricos, *op. cit.*, p. 161-188 (citação p. 187-188).

[16] ARENDT, Hannah. O Conceito de História – Antigo e Moderno, *op. cit.*, p. 111.

[17] Cf. SOUZA, Vanderlei Sebastião de. Autor, texto e contexto: a história intelectual e o "contextualismo linguístico" na perspectiva de Quentin Skinner. *Fênix* – Revista de História e Estudos Culturais, vol. 5, ano V , nº 4, outubro/novembro/dezembro de 2008, p. 13. Disponível em www.revistafenix.pro.br. Skinner e outros nomes do debate acerca do "contextualismo" serão retomados a seguir.

[18] MARTINS, Estevão C. de Rezende. Historicismo: o útil e o desagradável. In: ARAUJO, Valdei Lopes de [et. al.] (orgs.). *A dinâmica do historicismo*: revisitando a historiografia moderna. Belo Horizonte, MG: Argvmentvm, 2008, p. 15-48.

> processos econômicos e sociais em sua concepção histórica de uma evolução cultural contínua.[19]

Para além dessa observação negativa, em seguida o historiador destaca que, em seu histórico do tema, "cabe, pois, reconhecer ter sido o próprio historicismo que abriu à teoria da história o caminho a seguir para superar seus limites, para superar seu eventual aprisionamento em formações culturais datadas".[20] Onde se pretende chegar com este detalhamento aparentemente exagerado desta concepção geral associada ao legado collingwoodiano? A resposta a esta pergunta constitui o segundo ponto a ser retomado do que foi dito até agora. Trata-se apenas de uma hipótese a ser verificada, mas pode-se sugerir que dentre as filosofias da história do século XIX (desdobramentos relativamente independentes da primeira formulação associada a Voltaire, no século XVIII) esforçaram-se, cada uma à sua maneira, para responder às demandas surgidas de um enfraquecimento do pensamento político, tal como indica Hannah Arendt. Sendo assim, desde as disputas oitocentistas entre as duas margens do rio Reno, de um lado os historicistas alemães, como Johan Gustav Droysen, e, de outro, os franceses metódicos ou também defensores ferrenhos da história como ciência, como Fustel de Coulanges, o que se viu foi a constituição de um discurso de alargamento do raio de ação da história, com algumas rupturas, mas, sobretudo, com algumas adaptações demonstradas de modo bastante interessante por Fernando Catroga.[21] Cabe dizer que eram disputas intelectuais, mas com motivos ligados ao nacionalismo que associamos ao "século da história", um índice do poder disputado em questão.

Com as recentes traduções comentadas dos textos dos autores mencionados e de alguns outros importantes autores, a compreensão destes movimentos tem se tornado mais conhecida, precisa e, logo, menos generalista.[22] As provocações de Collingwood, em meados do século XX, podem ser mais bem compreendidas quando vislumbradas sob um ponto de vista menos internalista. Os embates relativos à noção de autoridade das fontes e seu severo olhar ao que chama de "história de cola e tesoura" constituem exemplos dos problemas que o

---

[19] *Ibid*., p. 42.
[20] *Ibid*.
[21] Cf. CATROGA, Fernando. *Caminhos do fim da história*. Lisboa: Quarteto, 2003, (ver, especialmente, p. 61-113). Ver também, neste sentido, o trabalho de Anthony Grafton, cujo mapeamento da erudição desde a famosa "querela entre antigos e modernos" até o século XIX constitui um oportuno quadro de uma permanência (negada pelo discurso científico) que ainda deve ser melhor explorada. GRAFTON, Anthony. *As origens trágicas da erudição*. Pequeno tratado sobre as notas de rodapé. trad. Enid Abreu Dobránszky. Campinas, SP: Papirus, 1998.
[22] Destaca-se aqui duas destas coletâneas de textos vertidos para o português recentemente. MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*: teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010; MALERBA, Jurandir (org.). *Lições de história*: o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010. Há textos de autores de língua inglesa, alemã e francesa.

filósofo da história enfrentava no período em que escrevia a sua obra.[23] A autoridade é, antes de mais nada, uma categoria política e Collingwood estava ciente disso. O problema da definição moderna de autoridade passa, inarredavelmente, por uma retomada de textos políticos antigos e modernos.[24] O confronto de testemunhos do passado na busca por um sentido, a dita "história de cola e tesoura", por sua vez, atinge a esfera metodológica do conhecimento histórico, o que corresponde a teorizar acerca dos limites e possibilidades do mesmo, o que o autor inglês efetivamente faz. Por fim, merece menção a discussão acerca da "imaginação histórica", marco na leitura collingwoodiana, mas também da historiografia historicista alemã oitocentista, com destaque para a fundamental conferência "Sobre a tarefa do historiador", de autoria de Wilhelm von Humboldt (1821).[25]

III.

A história das ideias, para além das colaborações de Collingwood, é (ou deveria ser) um espaço privilegiado à transdisciplinaridade. Franklin L. Baumer – suas "questões perenes", indagações sobre o problema filosófico da natureza humana e estudo de uma das mais importantes noções para a compreensão da modernidade, qual seja, a ideia de liberdade – apontava de forma sistemática para este caráter do campo então em formação.[26] Transdisciplinar, mas também transnacional e ilimitada no que tange aos recortes linguísticos, como frisava Arthur O. Lovejoy em sua obra *A grande cadeia do ser* (1933).[27] Duramente criticado pela geração que a ele se seguiu em função de suas "ideias-unidade", Lovejoy é tido como o principal fundador do *Journal of the History of Ideas*, marco instaurador à história das

[23] COLLINGWOOD, R. G., *op. cit.*, p. 266-270.

[24] Cf. PAYEN, Pascal. A constituição da história como ciência no século XIX e seus modelos antigos: fim de uma ilusão ou futuro de uma herança?. *História da historiografia*, Ouro Preto, n. 6, mar, 2011, p. 103-122.

[25] HUMBOLDT, Wilhelm von. Sobre a tarefa do historiador (1821). trad. Pedro Caldas. In: MARTINS, Estevão de Rezende (org.). *A história pensada*: teoria e método na historiografia europeia do século XIX, *op. cit.*, p. 82-100.

[26] Cf. BAUMER, Franklin L. *O pensamento europeu moderno*. Volume I (sécs. XVII e XVII). trad. Maria Manuela Alberty. Lisboa: Edições 70, 1970.

[27] Cf. LOVEJOY, Arthur O. *A Grande Cadeia do Ser*. Um estudo de uma idéia. trad. Aldo Fernando Barbieri. São Paulo: Ed. Palíndromo, 2005, p. 27. Cabe comentar que, apesar das intenções abrangentes dos autores, o eurocentrismo da história das ideias, em especial no período em que os autores citados escreveram, é objeto de frequentes críticas, apenas muito recentemente em vias de superação, como nos exemplos que serão mencionados mais adiante. Ver também: LOVEJOY, Arthur. *Reflexiones sobre la historia de las ideas*. *Prismas*. Revista de Historia Intelectual, nº 4, 2000, 127-141.

ideias, periódico responsável por sua difusão e espaço de referência ainda hoje, como observa Débora Vogt.[28]

Anthony Grafton, em artigo bastante esclarecedor publicado em 2006 situa as contribuições de Lovejoy, como contraponto próprio dos críticos que se encontram a uma distância segura das disputas típicas das instituições.[29] Após realocar a obra de Lovejoy no interior de uma história da história das ideias, Grafton estende (em sentido retroativo) esta história, demonstrando que, apesar de suas contribuições, nem tudo começou com o formulador das "ideias-unidade". Partindo dos humanistas da renascença, passando pelos eruditos do século XVII e XVIII, até chegar aos sábios do Oitocentos, como Carlyle e Burckhardt, entre muitos outros, Grafton constrói um painel da história das ideias não institucionalizada, tal como hoje se conhece, apesar de todas as dificuldades que as nomenclaturas e tradições historiográficas não concomitantes impõem ao campo.[30] Ao atravessar o século XX, o historiador passa pelo que classifica como "a nova história do pensamento político" na Inglaterra.[31] Aqueles que se intitulam "collingwoodianos", portanto, herdeiros da versão historicista da história das ideias, Quentin Skinner e J. G. A. Pocock, são os grandes representantes do chamado "Giro Linguístico" situado na Universidade de Cambridge.

Skinner é o nome mais lembrado quando pensamos nos membros da geração de críticos que se seguiu aos estudos de Lovejoy mencionada acima. Em 1969 ele publicou, na conceituada revista *History and Theory*, um artigo composto no estilo de um verdadeiro manifesto em prol da superação da história das ideias produzida até então. Nem questões perenes, nem ideias-unidade: para tentar responder de forma mais adequada às questões levantadas pelo exercício de compreensão das grandes obras do pensamento político, a metodologia indicada pelo historiador é mescla entre as duas ortodoxias na época em voga (primados ora do texto, ora do contexto), isto é, o trabalho com um "contextualismo linguístico", como ficou conhecido.[32] Assim, ao correlacionar os enunciados presentes nos textos com o seu devido contexto linguístico mais amplo, seria possível ao pesquisador

[28] VOGT, Débora. Ideias Universais X Contextualismo Linguístico: os alvos de Quentin Skinner em sua metodologia, 2010. Texto gentilmente cedido pela autora.
[29] GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond. *Journal of the History of Ideas*, January, 2006, p. 1-32 (ver p. 8).
[30] Cf. CHARTIER, Roger. História intelectual e história das mentalidades. In: *À beira da falésia*: a história entre incertezas e inquietude. trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002, p. 23-60.
[31] GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond, *op. cit.*, p. 25.
[32] SKINNER, Quentin. Significado y comprensión en la historia de las ideas. *Prismas*. Revista de historia intelectual, nº 4, 2000, p. 149-191. Esta é uma versão para o espanhol do texto editado originalmente em 1969.

decodificar as intenções dos autores. Considera-se, desse modo, que a atenção deve estar voltada para o uso das palavras e não o seu mero significado.[33] Este seria o método para o exame dos tratados políticos do passado, capaz de evitar o que Skinner chamou de "mitologias", quais sejam, a imposição artificial de formulações circunstanciais em doutrinas filosóficas, da crença em uma coerência interna do texto sustentada pelo nome do autor, a falsa inserção de autores no interior de disciplinas criadas *a posteriori*, a mitologia da antecipação (busca por marcos de origem retrospectivos e ilusórios) e a limitação do localismo, isto é, da capacidade do intérprete com relação ao contexto linguístico com o qual está trabalhando, fazendo com que o mesmo creia em familiaridades errôneas.[34]

Evidentemente, Skinner não estava só em seu próprio contexto linguístico, fosse para encontrar reflexões correlatas, fosse para acionar críticos. No mesmo ano em que ele publicou seu manifesto metodológico na Inglaterra, Michel Foucault editava duas de suas mais importantes obras: *A arqueologia do saber*, seu projeto arqueológico para o exame dos discursos, e *O que é um autor?*, consagrado ensaio onde a noção de obra, tal como no estudo de Skinner, é problematizada e desconstruída. Contudo, seriam as críticas advindas não do outro lado do Canal da Mancha (o diálogo entre intelectuais franceses e autores de língua inglesa apenas recentemente tornou-se mais evidente), mas de seus próprios colegas ingleses e americanos, que colocariam em dúvida a sua estrutura metodológica.[35] João Feres Júnior realizou um apanhado bastante razoável das críticas recebidas por Skinner, contrapondo, inclusive, a este a hermenêutica do discurso historiográfico formulada por Paul Ricoeur, citada anteriormente.[36] Se a exploração dessa hermenêutica, tanto sob um viés crítico como ontológico, permite um diálogo com a matriz historicista em Collingwood, quando se tenta aproximar a metodologia skinneriana há um desencontro impossível de ser evitado entre concepções acerca do texto e de seus limites.

O dilema das traduções ainda acompanha as dificuldades na recepção das obras estrangeiras e nas discussões nacionais e internacionais que as mesmas podem desencadear. Feres Júnior destaca tal aspecto logo na abertura do artigo aqui citado usando como exemplo a obra de J. G. A. Pocock. Ao lado de Skinner, outro importante nome vinculado ao

---

[33] *Ibid*., p. 178.
[34] *Ibid*., p. 153-168.
[35] Indício maior do não-diálogo é o fato de que a polêmica e importante obra de Hayden White, *Meta-História* – A imaginação histórica do século XIX, datada de 1973, somente há poucos anos, já neste século, foi vertida para o francês.
[36] JÚNIOR, João Feres. De Cambridge para o Mundo, Historicamente: Revendo a Contribuição Metodológica de Quentin Skinner. *Dados* – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, vol. 48, nº 3, 2005, p. 655-680.

historicismo collingwoodiano e ao giro linguístico de Cambridge, a tardia versão para o português de sua obra *Linguagens do ideário político*, em 2003, limitou o contato com o caminho metodológico aberto por Skinner.[37] Na introdução da referida obra, Pocock faz a defesa desse, sem, entretanto, limitar-se apenas a reafirmar a aplicabilidade do método. Ao contrário, explicita as questões contrárias levantadas a Skinner e, a partir delas, sugere outras possibilidades de desenvolvimento para o trabalho com a história das ideias e do pensamento político.[38] Conforme o autor:

> O método de Skinner, portanto, nos impeliu na direção tanto do resgate da linguagem do autor quanto do resgate de suas intenções, bem como a tratá-lo como habitante de um universo de *langues* que confere sentido às *paroles* que ele emite nessas línguas. Isso de forma alguma resulta em reduzir o autor a um mero porta-voz de sua própria linguagem. Quanto mais complexo, e até mesmo quanto mais contraditório o contexto linguístico em que ele se situa, mais ricos e mais ambivalentes serão os atos de fala que ele terá condições de emitir, e maior será a probabilidade de que esses atos atuem sobre o próprio contexto linguístico e induzam a modificações e transformações no interior dele.[39]

Como se pode perceber há um deslizamento na exposição metodológica skinneriana em Pocock. Contanto, não devem ser esquecidos os acréscimos particulares de Pocock, a sofisticação de sua proposta de investigação dos conceitos, sua atenção à ambivalência da linguagem política e ao papel do historiador no processo de mapeamento dessa linguagem, sem, contudo ceder excessivamente ao devido método.[40] Não é demais dizer que, de certa maneira, Pocock retorna mais efetivamente a Collingwood, atentando à série de problemáticas e proposições levantadas em *A idéia de história*.

IV.

História das idéias, história intelectual. Com Dominick LaCapra e outros adeptos de um “Giro Linguístico” calcado na noção de *textualidade* todas as relações imbricadas até aqui, em especial, aquela relacionada aos trabalhos dos collingwoodianos tornam-se mais

---

[37] *Ibid*., 655-656.
[38] POCOCK, J. G. A. *Linguagens do Ideário Político*. São Paulo: Edusp, 2003, p. 23-62.
[39] *Ibid*., p. 28.
[40] *Ibid*., p. 32-35.

complexas e merecem uma análise mais alongada.[41] Não significa simplesmente implodir as noções de autor e obra, texto e contexto, mas analisá-las a partir de novas lentes, lentes estas que, por vezes, as ignore. É um chamado ao trabalho metodológico particular e atento, tal como exigia dos historiadores Collingwood (neste aspecto, próximo a Koselleck). As diversas formas que a história intelectual tem desenvolvido para proceder à análise de textos tende a indicar um crescimento nesse campo de pesquisa. Grafton já apontava, no artigo anteriormente citado, os estudos relativos à interpretação de textos e reconstituição de comunidades intelectuais e de imprensa.[42] Em seu último livro, Robert Darnton demonstrou o quanto esta perspectiva pode ser retomada sob uma ótica absolutamente observadora de problemas que nos são impostos pelo contemporâneo.[43] Além disso, interessantes trabalhos inseridos no campo da história das ideias tem sido realizados fora do eixo Europa-Estados Unidos, permitindo a superação do conhecido eurocentrismo, a partir de apropriações bastante singulares, sobretudo comparativas, de nomes como Elías Palti e João Feres Júnior.[44] São estes aspectos da historicidade na escrita da história, a ser frequentemente recordados.

No que diz respeito à transdisciplinaridade, ainda uma palavra. O trabalho com as filosofias e teorias da história tem situado espaço privilegiado de contato com outras áreas das ciências humanas, prática que tem se mostrado muito prolífica. Para o caso específico da história das ideias, um exemplo recente, a meu ver de êxito, é a tese de doutoramento em Ciências Sociais de Angela Alonso, um exame relativamente inovador da constantemente revisitada geração de 1870 no Brasil.[45]

Por fim, concatenar e buscar conhecer os meandros das diversas tradições historiográficas e campos de pesquisa hoje atuantes é um meio de evitar esquecimentos que levem a incorreções. Um exemplo. O último trabalho de Hans Ulrich Gumbrecht editado em português, *Produção de presença*, até onde pude observar, não faz qualquer referência a

---

[41] LACAPRA, Dominick. Repensar la historia intelectual y leer textps. In: PAUTI, Elías José. *"Giro Linguístico" e historia intelectual*. Buenos Aires: Quilmes, 1998, p. 237-293.
[42] GRAFTON, Anthony. The History of Ideas: Precept and Practice, 1950-2000 and Beyond, *op. cit.*, p. 28.
[43] DARNTON, Robert. *A questão dos livros*. Passado, presente e futuro. trad. Daniel Pellizzari. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
[44] Ver: PALTI, Elías José. Imaginación histórica e *identidad nacional* en Brasil y Argentina. Un estudio comparativo. *Revista Iberoamericana*, nº 174, 1996, p. 47-69. Ver também, do mesmo autor: PALTI, Elías. *La nación como problema*. Los historiadores y la "cuestión nacional". Buenos Aires: Fondo de Cultura Económica, 2006; FERES JÚNIOR, João. Latin America como conceito: a constituição de um outro americano. *Teoria e sociedade*, nº 11, 2, julho-dzembro de 2003, p. 18-41.
[45] ALONSO, Angela. *Idéias em movimento*. A geração de 1870 na crise do Brasil-Império. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

Collingwood, ainda que haja relações importantes entre as temáticas das obras.[46] Por outro lado, Heidegger é um nome recorrente em Gumbrecht. Recorde-se que Ricoeur, ao dialogar com Collingwood em determinado aspecto do problema da historicidade, diz que este prenuncia aquele.[47] Daí a importância do diálogo para pensarmos a história deste século XXI.

[46] GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Produção de presença*. O que o sentido não consegue transmitir. trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Ed. PUC-Rio, 2010.
[47] Cf. RICOEUR, Paul., *op. cit.*, p. 392.